

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM UNIDADES INFORMACIONAIS

Luiz Antonio Santana da Silva –

santana_luiz06@yahoo.com.br

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em

Ciência da Informação (PPGCI-UNESP/Marília).

Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Bacharel em Arquivologia (UNESP/Marília).

Telma Campanha de Carvalho Madio –

telmacarvalho@marilia.unesp.br

Professora assistente do Departamento de Ciência da Informação

da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus Marília.

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma discussão a respeito de documentos audiovisuais em ambiente de arquivo, ou seja, a forma como esse gênero documental é visto e tratado dentro das instituições arquivísticas. No desenvolver da discussão, o objeto de estudo foi abordado, levantando literatura sobre arquivos e documentos audiovisuais, assim como o arrolamento das especificidades no tratamento arquivístico dessa documentação, além de identificar as diferentes maneiras como se apresentam em cada unidade de informação (biblioteca e museu), delineando o tratamento dos documentos audiovisuais dentro dessas unidades. Como documentos de arquivo que são, foi abordado o caráter orgânico desse tipo de documentação a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão nas organizações, servindo como prova de ações administrativas e futuramente servir de mantenedor de memória institucional registrada nesses documentos destituídos de linguagem textual.

Palavras-chave: 1. Audiovisual 2. Documento de arquivo 3. Unidades de informação.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foca-se uma discussão em relação aos documentos arquivísticos em suportes diferentes do convencional, ou seja, documentos audiovisuais presentes em unidades de informação, assim como os conceitos arquivísticos que englobam sua produção e organização. Na discussão teórica, busca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos interdisciplinares acerca dos procedimentos envolvidos na produção e na organização da informação que por sua vez está registrada em diferentes suportes.

Abordado pela arquivística tradicional como materiais especiais, mesmo sendo documentos ditos de arquivo, ganham grande proporção na contemporaneidade principalmente na segunda metade do século XX com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação que virão com grande força se estabelecendo em um ambiente social denominado sociedade da informação. A designação sociedade da informação é comentada por Mattelart (2002) tendo como ponto de partida o período pós-guerra.

Essa noção de sociedade da informação se formaliza na sequencia das máquinas inteligentes criadas ao longo da Segunda Guerra Mundial. Ela entra nas referencias acadêmicas, políticas e econômicas a partir do final dos anos 1960. Durante a década seguinte, a fábrica que produz o imaginário em torno da nova “era da informação” já funcionava a pleno vapor. Os neologismos lançados na época para designar a nova sociedade só mostrarão seu verdadeiro sentido geopolítico às vésperas do terceiro milênio com o que se convencionou chamar de “revolução da informação” e com a emergência da Internet como nova rede de acesso público. A segunda metade do século XX faz-nos assistir, certamente, à formação das crenças no poder miraculoso das tecnologias informacionais; entretanto, não se deve esquecer a obra de longo prazo. (MATTELART, 2002, p. 8-9)

Neste novo cenário a arquivística tradicional não pode ater-se apenas nos suportes tradicionais no que tange a gestão e organização da informação, uma vez que novos suportes de registro ascendem em grande escala na atualidade. Em meio a aspectos multiformes que tais documentos apresentam, questões levantadas despertam divergências entre os teóricos da área e conseqüentemente conflitos referentes ao novo tipo de documentação nos ambientes informacionais. Desse modo, rever conceitos em busca de referenciais teóricos que abordem questões voltadas para a produção e organização da informação na fase corrente da documentação audiovisual é um dos pontos discutidos neste trabalho.

A multiface que os suportes dispõem – do papel a menor unidade de armazenagem digital (*bit*) – reclamam uma discussão aprofundada e consistente quanto aos seus aspectos e a

forma como se apresentam dentro do universo da Ciência da Informação e suas subáreas. Pontuar uma discussão teórica a respeito de conceitos, características, definições, formatos, semelhanças e diferenças, e o perfil dos documentos audiovisuais dentro de arquivos correntes cujo valor administrativo ainda vigora, é uma reflexão que exige empenho.

Desde os primórdios da Ciência da Informação, com Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1895, então ciência nova tida como a organização sistemática da documentação, as publicações científicas são apenas elementos, partes, capítulos, parágrafos de uma vasta enciclopédia de documentos que engloba o universo. Essa ideia surge juntamente com a fundação, em Bruxelas, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) como produto de espíritos visionários. (MATTELART, 2002). Exercitando seu espírito visionário, Otlet expõe sua convicção:

Que o século XIX, com a aceleração da velocidade dos fluxos de informação e de comunicação, já gerou uma opinião de dimensão planetária e que a emergência dos “públicos” modernos é o resultado de meios de comunicação que não cessam de ampliar o “círculo social” “para além de todas as limitações de clãs, de classes, de confissões, de Estado... até os limites do gênero humano (MATTELART, 2002, p. 49 apud TARDE, 1890, s/p).

Reafirmando essa corrente fundadora da Ciência da Informação, assim como seus fundadores, Shera e Cleveland (1977) dizem que o primeiro marco a ser considerado na construção dessa nova ciência é o encontro de Paul Otlet e La Fontaine, em Bruxelas, em 1892, quando são lançadas as bases para a criação do IIB, que tinha por propósito estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica registrada. Com a criação do IIB, não se pode deixar de abordar um dos dois pontos principais da fundação desse instituto: a definição de documento. A definição de documento sugerida pelo instituto em 1908 é a seguinte:

Tudo aquilo que represente ou expresse por meio de sinais gráficos (escritas, diagramas, mapas, algoritmos, símbolos) um objeto, uma ideia ou uma impressão os textos impressos (livros, revistas, jornais) constituem, hoje, a categoria mais numerosa de documentos (FONSECA, 2005, p. 14-15 apud SHERA e CLEVELAND, 1977, p. 251).

É possível notar que tal definição é abrangente e não engloba o documento de arquivo. Partindo do princípio de que a sociedade se modifica, não foi possível que essa definição se mantivesse, uma vez que a mobilidade dos meios de comunicação e informação é grande, a definição necessitou de alguns reajustes para dar conta das demandas sociais quanto à

produção de documentação. Segundo Fonseca (2005), em 1937, Paul Otlet vê a necessidade de ampliar a definição anterior, afirmando que

Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, atualmente, o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica (FONSECA, 2005, p. 15 apud OTLET, 1937, s/p).

Nitidamente já se falava no crescente aumento de novos tipos e formatos documentais, e conseqüentemente na preparação que os profissionais da informação deverão ter para lidar com o surgimento de novos documentos na administração. Sendo assim, Fonseca (2005) aborda a questão do enquadramento dos profissionais da informação frente ao dinamismo na produção documental, mostrando que documentos representativos de atividades institucionais não são somente registrados em papéis, mas também em filmes, fotografias e discos. A partir desse ponto, tomou-se interesse em abordar a entrada de documentos audiovisuais em ambiente de arquivo, assim como seu caráter orgânico por meio da discussão teórica dentro da literatura arquivística.

A documentação audiovisual, que é o objeto dessa pesquisa, inserida em ambiente de arquivo ainda pode causar desconforto quando se discute seu caráter orgânico e funcional. Por que acontece nos arquivos? Qual será o motivo que esse tipo de documento seja considerado especial? Essas indagações balizaram o desenvolvimento da pesquisa e tentou-se discuti-las. Muitas vezes o formato e o suporte diferenciados do convencional, ou seja, o papel como tradicionalmente a documentação se apresenta dentro de um arquivo, pode causar impacto, uma vez que o ambiente já está adaptado a esse tipo de suporte e/ou formato. Na maioria das vezes esse tipo de documentação é usado como peças museológicas e não como documento, pois se costumam usar tais documentos como artefatos de exposições, e não se observa seu contexto de produção.

A respeito desse assunto, Lopez (2000, p17) reforça a ideia sobre o simples fato de se preservar o documento em sua forma física dizendo que: “Em outras situações-problema, ainda mais extremas, a mera preservação física dos documentos é vista como se constituísse a própria organização arquivística”. A documentação audiovisual, além de retratar esses aspectos, reflete e permite compreender a estruturação institucional, seus objetivos e finalidades na elaboração e confecção desse tipo de documento. Nesse sentido, abordar sob a luz dos princípios arquivísticos a inserção de documentos audiovisuais em ambientes

informativos, mais especificamente em arquivos correntes, é a questão central desta pesquisa.

2 O DOCUMENTO AUDIOVISUAL EM AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

Na obra¹ de Schellenberg, é possível visualizar seu esforço pela compreensão de documentos não-textuais em ambiente de arquivo, em sua fase corrente, assim como o tratamento desses materiais inserindo-os nesse contexto. Segundo ele, documentos de arquivo são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2004, p.40, grifo nosso).

Nessa definição é possível visualizar que o autor tem ciência de que o documento de arquivo, não é somente papel, nesse caso fotografias, além de serem documentos que atendem as necessidades dos administradores devido ao valor de prova. Em se tratando de gestão arquivística de documentos não-textuais, as necessidades metodológicas não são distintas dos ditos documentos tradicionais. Já na concepção de Bellotto (2004), documentos de arquivos também se apresentam na forma de audiovisuais:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2004, p. 37 grifo nosso).

Logo, pode-se afirmar que os documentos de arquivo são produzidos em suportes não textuais, como por exemplo, fitas magnéticas (analógica e digital). Assim, qualquer instituição pública ou privada produz e recebe documentos audiovisuais para fins de prova de ações administrativas. Antes de abordar o documento audiovisual, é importantíssimo definir o que se entende por documentação audiovisual. Para isso, consultou-se o Dicionário Brasileiro de

¹ Arquivos modernos: princípios e técnicas, 2004.

Terminologia Arquivística que classifica documentação audiovisual como “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

Já no Dicionário de Terminologia Arquivística de Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo, a definição de documentação audiovisual é a seguinte: “gênero documental que utiliza como linguagem básica à associação do som e da imagem”. (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p.27). No entanto, as autoras Cirne; Ferreira (2002), sob o olhar ibérico, buscaM uma definição de documento audiovisual embasadas nos dicionários de terminologia arquivística de Lisboa publicado em 1993, cuja definição encontrada por ambas diz:

Assim, e segundo um conceituado instrumento de apoio da moderna arquivística, um documento audiovisual é um documento cuja informação é veiculada através de um código de imagens fixas ou móveis, e de sons, carecendo de equipamentos apropriados para ser visto e ouvido. (CIRNE; FERREIRA, 2002, p.116).

Nesse breve levantamento, foi possível identificar que não há um consenso de definição do que venha a ser documento audiovisual. Percebeu-se em algumas definições acima, que um documento audiovisual pode ser desprovido de áudio e em outros casos, imagem e som devam vir associados para ser considerado como documento audiovisual. Para tanto, a necessidade de aprofundar a discussão sobre a forma como os documentos audiovisuais se apresentam dentro de ambientes informacionais é indispensável, e como resultado trará uma nova visão quanto ao seu tratamento dentro de tais ambientes.

Para Lopez (2000), o documento imagético (aquele que contém imagens em movimento ou não) não é distinto de um documento textual. Ele está sujeito às mesmas necessidades metodológicas de organização e classificação dos demais gêneros documentais. Lopez deixa explícito que ambos devem respeitar os princípios arquivísticos que lhe são impostos com a finalidade de fornecer ao usuário toda informação possível contida naquele documento.

Mas, essa visão não é freqüente nos arquivos, pois alguns teóricos fazem uso do tratamento diferenciado, ou seja, o tratamento por suporte documental. Essa visão é empregada por Lobo (1986) ao afirmar que documentos escritos e documentos imagéticos devem receber tratamento diferenciado, uma vez que tais documentos necessitem de mais

recursos financeiros para sua preservação, pelo fato do suporte ser distinto aos documentos textuais.

Com relação ao tratamento diferenciado aos documentos audiovisuais é válido se embasar nessa afirmação quando o tratamento é voltado para questões de conservação e preservação dos suportes fílmicos, pois necessitam de tratamento diferenciado em relação ao suporte papel. O que não deve ocorrer é a falta de respeito para com os princípios arquivísticos, independente do suporte, quando se pretende empregar organização arquivística a qualquer acervo documental.

As especificidades de cada um dos suportes de arquivo deve ser examinada no respeito dos princípios nos quais assenta a disciplina arquivística. Assim, os princípios que regem as funções de avaliação, classificação, aquisição, descrição, comunicação e conservação permanecem os mesmos para todos os arquivos, aos quais devem ser aplicados métodos de tratamento específicos para dar conta das características inerentes aos diferentes suportes de informação (CIRNE; FERREIRA, 2002, p.117).

Mesmo em meio às especificidades dos suportes de arquivo algumas instituições ainda mantêm o tratamento diferenciado. Todavia, deve-se acautelar em relação a isso, pois muitas instituições sejam elas públicas ou privadas, não veem dessa maneira, justamente pela diferença do suporte ou pela técnica empregada na produção do documento quanto à organização dos mesmos.

O olhar individualizado voltado à documentação audiovisual, também é empregado pela arquivística pelo motivo de sua forte tradição documental textual ser bem marcante. Durante muito tempo voltada somente os documentos textuais, a arquivística tradicional preocupou-se pouco com o tratamento de documentos não-textuais (CIRNE; FERREIRA, 2002).

Dessa forma, os documentos audiovisuais foram considerados como documentos especiais e, por muito tempo, em alguns casos, até nos dias atuais, recebem cuidado diferenciado sendo desprovidos de qualquer princípio arquivístico no seu tratamento. Segundo Couture e Rousseau (1998), somente na segunda metade do século XX houve uma preocupação por parte dos arquivistas.

Foi apenas durante os anos 1960 e 1970 que os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo. Como consequência por ter tomado a seu cargo todos os arquivos, qualquer que fosse a sua natureza ou suporte, a disciplina arquivística desenvolveu normas e práticas que, hoje em dia, têm em conta todos os suportes de informação (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p. 227).

Contudo, mesmo após esse reconhecimento da Arquivística, os documentos não textuais ainda sofrem resistência quanto ao seu tratamento arquivístico adequado dentro dos arquivos. O tratamento deve ser o mesmo aplicado aos documentos textuais, pois esses em suporte fílmico também são documentos de arquivo. Outra abordagem é feita por Bellotto (2004) quanto ao cuidado que se deve tomar quando se fala em tratamento que é aplicado aos documentos. É destacada a noção de *respect des fonds* (*ordem de respeito aos fundos*), a qual é primordial para realização do fazer arquivístico para não se misturar documentos de diferentes instituições, dificultando a formação de fundos.

O que constitui um fundo no arquivo é a proveniência do documento independente do suporte. Para compreendermos a imagem como um documento, devemos ter claro não somente o registro que está no suporte, mas também os motivos que a geraram e produziram, compreendendo o contexto de produção, não a tomando diretamente como prova ou evidência de algum fato ocorrido sem a contextualizar.

3 APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS BASILARES ENTRE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU.

As unidades de informação, mais especificamente arquivos, bibliotecas e museus, têm como missão comum a recuperação da informação registrada em seus documentos. Dessa forma, os arquivos e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, voltado para divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. (BELLOTTO, 2004).

A fim de apurar o conceito de museu², foram consultados os estatutos do Conselho Internacional de Museus - ICOM³, (*International Council of Museums*), aprovado durante a conferência geral 21, em Viena, Áustria, em 2007, onde estabelece que:

² A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment. Disponível em: <http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

³ Criado no ano de 1946 em Paris, o *International Council of Museums (ICOM)*, é uma organização internacional dos museus e dos profissionais dos museus dedicada a promover os interesses de museologia e das demais disciplinas relativas a gestão e as atividades dos museus. Representa a profissão museológica no plano internacional, e é um instrumento técnico para realizar os programas da *UNESCO* referentes ao desenvolvimento dos museus (ZEBIAUR CARREÑO, 2004, p. 11, tradução nossa).

Os museus são instituições sem fins lucrativos, permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, pesquisam, comunicam e expõem o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão. (*International Council of Museums – ICOM, 2007, tradução nossa*).

Por sua vez, a biblioteca se configura em uma:

Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que tem atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender as necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros. (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 48).

Assim, embora haja coleções em arquivos, o ponto mais forte que diferencia o arquivo da biblioteca e do museu são as coleções e a forma de adquirir, recolher e tratar esses documentos colecionados. Nos museus e bibliotecas, a documentação é expressa em coleções e são voltadas para fins de pesquisa e recreação, diferentemente dos arquivos, que lidam com conjuntos documentais probatórios de atos administrativos. As diferenças e semelhanças entre os arquivos, bibliotecas e museus são identificadas como uma ferramenta de reflexão para perceber a diferença do tratamento e a forma como a documentação, nesse caso, audiovisual recebe nessas instituições.

O intuito de tal comparação tem por objetivo apontar as características do documento audiovisual nessas unidades, bem como a finalidade e os usuários dessa documentação. Nesse sentido, Smit (1995, p. 06) alerta os profissionais da informação que lidam com esses materiais, que devem ter em mente que não estão trabalhando com textos ao dizer que “o documento audiovisual tem sua especificidade que deve ser obrigatoriamente levada em conta no momento de seu tratamento”.

QUADRO⁴ 01 - As unidades de informação e suas especificidades.

⁴ Quadro comparativo adaptado de Ray Edmondson (1998) de sua publicação: *Uma filosofia dos arquivos audiovisuais* publicado pela UNESCO, onde são encontradas as três unidades de informação, bem como seus tratamentos aplicados aos documentos provenientes de cada uma. Esse quadro comparativo mostra de uma forma geral o cenário de uma unidade de informação em cumprimento de sua missão, isto é, como a informação é tratada até chegar ao seu destino final.

Característica	ARQUIVOS	BIBLIOTECAS	MUSEUS
O que mantêm?	Registros inativos ⁵ selecionados: qualquer formato, normalmente únicos	Materiais publicados em todos os formatos	Objetos, artefatos, documentos associados
Como o material é organizado?	Na ordem ⁶ estabelecida E usada pelos seus criadores.	Sistemas de classificação externa (por exemplo: Dewey, Biblioteca do Congresso)	Sistema adotado compatível com natureza e condição dos itens
Quem pode ter acesso?	Criadores do documento. Depende da política e legalidade, doador/condições de depositador	Depende de política, público geral ou comunidade definida	Depende de política, público geral ou comunidade definida
Como encontrar o que se pretende?	Guias ⁷ , inventários, outros documentos.	Catálogos, estantes, consultas	Exibições visuais e consulta
Onde se tem acesso?	Sob as premissas da instituição, sob supervisão	Sob as premissas da biblioteca, ou empréstimo	Em áreas de exibição
Qual é o seu objetivo?	Proteção ⁸ dos arquivos, e seu valor evidencial e informador.	Acessibilidade e/ou de preservação de materiais e informações	Preservação e acessibilidade de artefatos e informações
Por que são visitados?	Prova ⁹ de ações e transações, pesquisa, divertimento.	Pesquisa, educação, divertimento	Pesquisa, educação, divertimento
Quem cuida do material?	Arquivistas	Bibliotecários	Conservadores de museu

Concluindo, pode-se dizer que a biblioteconomia e a museologia tratam de documentos individuais e a arquivística de conjuntos documentais. Reforçando o tratamento documental dado a documentos audiovisuais, é aconselhável que se tenha em mente o valor

⁵ O termo – inativos – é usado no quadro, pois se refere aos documentos de guarda permanente mantidos em arquivos depois de cumprirem necessidades administrativas.

⁶ Essa – ordem – na qual Edmondson (1998) se refere, diz respeito sobre a ordem original dada pela entidade coletiva e deve ser respeitada no momento de qualquer intervenção arquivística, bem como o princípio de proveniência.

⁷ Os guias, inventários, catálogos e índices são instrumentos de pesquisa multiníveis que estão disponíveis nos arquivos de caráter permanente para consulta da informação que se busca. Na fase corrente dos arquivos, esses instrumentos são conhecidos como planos de classificação (estrutural ou funcional), tabela de temporalidade, sistemas integrados de gestão arquivística, gerenciamento eletrônico de documentos, dentre outros.

⁸ Os arquivos sejam públicos ou privados protegem seus documentos, pois esses provam ações desempenhadas pelas instituições, assim como o valor informacional que eles proporcionam.

⁹ Os arquivos são visitados devido ao fato de provarem ações administrativas, além de outras finalidades como, por exemplo, a pesquisa histórica e atividades culturais. No entanto, a finalidade cultural nos arquivos não difundida, pois o valor probatório dos documentos de arquivo assume uma posição superior as demais.

primário¹⁰ dos documentos para realizar qualquer intervenção arquivística, assim como ocorre na gestão dos documentos arquivísticos textuais.

A gestão documental¹¹ possibilita a qualquer instituição um melhor aproveitamento informacional, o que resulta na facilidade e agilidade no processo de tomada de decisões por meio das informações orgânicas¹². Além de sistematicamente refletir em seus documentos (independentemente do gênero ou suporte), as atividades desempenhadas pela instituição contribuem com a constituição da memória institucional refletindo a sociedade na qual as instituições se inserem.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se, através de um breve levantamento bibliográfico, situar o documento audiovisual no cenário arquivístico, uma vez que esses são dotados de valor probatório e comprovam atos administrativos, sendo assim, documentos de arquivo. Levantaram-se algumas situações-problema básicas quanto ao tratamento dado a esse tipo de documento dentro dos arquivos, encontradas até mesmo na literatura arquivística. Procurou-se conceituar consistentemente documentos audiovisuais, utilizando-se dicionários de terminologia arquivística e definições na literatura, com o propósito de se conhecer bem o objeto de estudo.

Fez-se uma breve abordagem teórica a respeito de documentos audiovisuais abordando suas características na biblioteca e museu, traçando um paralelo entre essas três unidades informacionais, com o intuito de mostrar aspectos semelhantes e diferentes. A partir dessas questões levantadas a abordagem seguiu rumo a sistematização das ideias e pontos de vista embasados na discussão teórica, a fim de traçar e delimitar o documento audiovisual dentro de ambientes arquivísticos, solucionando desafios e propondo perspectivas para o tratamento adequado de audiovisuais na fase corrente.

¹⁰ Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171)

¹¹ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

¹² As informações registradas em documentos produzidos e acumulados por qualquer tipo de organização refletem suas funções, atividades, ações, decisões e o desenvolvimento de suas relações para com a própria entidade e para com a sociedade. Denominamos esse tipo de informação de 'informação orgânica'. (BUENO; VALENTIM, 2010, p.234).

5 PONTOS ALCANÇADOS

Discorrer sobre alguns pontos abordando a documentação audiovisual em ambiente de arquivo permitiu a constatação de que registros munidos de imagens também são documentos administrativos, assim como qualquer documento de arquivo tradicional. Assim, o desafio que é encontrado dentro dos arquivos, ou seja, o não reconhecimento de documentos audiovisuais como documento arquivístico, foi superado. Visualizou-se que tais documentos possuem características específicas dentro de cada unidade de informação de acordo com as necessidades institucionais. As variedades de suportes de registros documentais permitem as instituições, mais especificamente arquivísticas, documentar suas ações de diferentes formas (textual ao digital).

Tais pontos destacados permitem um conhecimento mais aprofundado desse tipo de documentação para instituições que as trazem em seus arquivos ou coleções, resultando em um aproveitamento informacional maior por meio da gestão documental aplicada a esses documentos. A partir desses resultados parciais foi possível identificar e propor um procedimento arquivístico, a classificação funcional aplicada a documentos audiovisuais, que, acredita-se ser a melhor forma de tratar esses documentos na fase corrente. O conhecimento adquirido por meio da junção de procedimentos arquivísticos com as necessidades organizacionais possibilitam as instituições obter aproveitamento informacional diferenciado e, portanto, ágil para o processo de tomada de decisão, e, conseqüentemente, a satisfação do usuário.

6 CONSIDERAÇÕES

O tema abordado neste trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, o não reconhecimento de audiovisuais como documento de arquivo, busca sob a ótica arquivística levantar os pontos conflitantes (desafios) e apontar soluções (perspectivas) para os problemas arraigados nas instituições arquivísticas por meio da discussão teórica. A produção documental de uma instituição em suporte não convencional é corriqueira, e atualmente é registrada cada vez mais em suportes diferenciados, como, por exemplo, os digitais, filmográficos, videográficos e fotográficos.

Dessa forma, pode-se afirmar que os documentos de arquivos não são produzidos exclusivamente em suporte papel, extrapolando questões de suporte, nesse caso, especificamente, fitas magnéticas ou digitais. Levantar uma discussão a respeito do tratamento documental adequado a documentos de arquivo não-textuais deve ser uma tarefa frequente na moderna arquivística, uma vez que o contexto atual da sociedade utiliza informações como combustível para se manter dinâmico. Em uma sociedade denominada sociedade da informação, o que não se pode ignorar são as maneiras como são produzidos e geridos os documentos nos diferentes suportes e ambientes informacionais, assim como as informações neles contidas.

A necessidade informacional é muito grande na sociedade atual, pois as informações são dotadas de valores que respondem aos anseios institucionais e também sociais. Destaca-se que, embora se obteve significantes respostas quanto ao problema em questão, ainda há grande necessidade de aprofundamento nesse tema, seja no arquivo, biblioteca ou museu, já que ao se abordarem questões que modificam paradigmas ou tradições, torna-se necessário embasamento teórico consistente e suficientemente coerentes, além de válidos.

AUDIOVISUAL DOCUMENTATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN INFORMATION UNITIES

ABSTRACT

This essay mainly aims at focusing on the audiovisual documents in archival environment, and the way this document genre is seen and treated into the archival institutions. Throughout the development of the discussion, the object could be approached, through the bibliography about audiovisual documents and archives, as well as the identification of the specificities on archival treatment of this documentation, besides identifying different ways as they are stood for in each informational unity (library and museum), delineating the audiovisual documentation's treatment inside these unities. The organic character this kind of documentation has been discussed in order to support the decision-making process into the organizations, serving as administrative action's proof and, hereafter, institutional memory keeping registered on documents destituted from textual language.

Keywords: 1. Audiovisual 2. Archive document 3. Information unities.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BUENO, D. A.; VALENTIM, M. L. P. Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Academica, 2010. p. 233-253.

CAMARGO, A. M. A; BELLOTTO, H. L (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo;Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.

CIRNE, M. T; FERREIRA, S. M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico amoldar uma atitude. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD: Revista da APBAD**, Lisboa, n.1. p.115-129,2002.

COUTURE, C; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Pref. Frank B. Evans. Colaboradores: Florence Ares, Chantale Fillion, Marlene Gagnon, Louise Gagnon-Arguin, Dominique Maurel. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Revisão Científica Pedro Penteadó. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356p.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros. ISBN 978-85-85637-35-4. 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Disponível em: <http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

EDMONDSON, R. **Uma filosofia dos arquivos audiovisuais**. Paris: UNESCO, 1998.

JARDIM, J, M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

LOBO, Lucia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografia. In: **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro, AAB, v. 10-74, n° 34-40,1986.

LOPEZ, A. P. A. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000,f. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 197p.

ROBERT, Jean-Claude. **Les rapports entre l’histoire e l’archivistique.** In: La place de l’archivistique dans la gestion de l’information: perspectives de recherche. Montreal: Université de Montreal, 1990.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Pref. H. L. White, José Honório Rodrigues. Trad. Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, p.81 – 85, 1993.

SMIT, J. W. **Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas.** São Paulo: APB, 1995.